

## A prova da existência de Deus em Guilherme de Ockham

Autor: Sávio Laet de Barros Campos.  
Bacharel-Licenciado e Pós-Graduado em  
Filosofia Pela Universidade Federal de Mato  
Grosso.

### *Introdução*

Guilherme de Ockham nasceu na Inglaterra, por volta do ano de 1285. Ainda jovem entrou na Ordem franciscana. Em 1307 tornou-se diácono. Tudo indica que tenha cursado teologia em Oxford, de 1309 a 1315. Como Bacharel Bíblico, leu as Sagradas Escrituras de 1315 a 1317; como Bacharel Sentenciário, leu o livro das Sentenças de Pedro Lombardo de 1317 a 1319. Não foi promovido para regente, quiçá por ser suspeito de heresia. Denunciado por defender doutrinas estranhas, sua situação agravou-se quando se colocou contra o Papa na questão da pobreza. Residindo em Avinhão, teve que fugir por causa do agravamento do seu processo, pedindo asilo e proteção a Luís de Baviera, em Pisa. Em 1329, passou a residir em Munique, onde se dedicou a escrever obras de caráter contestatório à política eclesiástica do seu tempo. Após a morte de Luís, Ockham, habilmente, tentou fazer as pazes com o Papa, retratando-se das suas doutrinas “político-eclesiásticas”. Morreu em 1349, provavelmente vitimado pela peste negra.

Ockham é a principal referência do nominalismo no século XIV. Sem dúvida, o *Inceptor Venerabilis* foi o maior lógico do seu tempo. Neste artigo, almejamos expor, em suas linhas gerais, a sua prova da existência de Deus, que parte dos mesmos pressupostos da de Duns Escoto, acrescentando-lhe somente o conceito de causa eficiente-conservante. Após breve intróito acerca da distinção entre os conhecimentos teológico e filosófico de Deus, passaremos a destacar a prova da existência de Deus tomada da contingência do mundo que exige, além de uma causa eficiente, como já previra Duns Escoto, uma causa conservante, pois uma coisa que subsiste por si depois de ter sido produzida, perde o seu caráter contingente, que é, por sua vez, o fundamento da prova. Em seguida, passaremos às considerações finais ao texto, retomando a base do seu argumento.

Passemos a considerar os conhecimentos filosófico e teológico de Deus

### 1. *Verdade teológica e verdade filosófica*

Há verdades que, conquanto racionalmente cognoscíveis, são verdades teológicas. Por teológicas, entendem-se todas aquelas verdades que são indispensáveis à salvação do homem. Portanto, desde que uma verdade natural seja indispensável à salvação do homem, esta verdade é, simultaneamente, filosófica e teológica: filosófica, porque naturalmente cognoscível; teológica, porque necessária à salvação.<sup>1</sup> Ora, a existência de Deus é uma verdade indispensável à salvação do homem; ao mesmo tempo, é naturalmente cognoscível. Logo, a existência de Deus é: uma verdade filosófica, porque naturalmente cognoscível, e, *a simultaneo*, teológica porque necessária à salvação. Decerto que o filósofo não a abordará como o teólogo. O “método” filosófico é o *a posteriori* e o teológico é *a priori*. Aqui tomaremos o viés filosófico.

Passemos a considerar a retomada, por parte de Ockham, do argumento escotista, com o acréscimo do conceito de causa conservante.

### 2. *A retomada do argumento escotista pelo viés da conservação*

Ockham reconhece a validade do argumento escotista da causa primeira.<sup>2</sup> Assevera, entretanto, que este argumento pode-se tornar ainda mais conclusivo se, em vez de considerarmos as *causas eficientes produtivas*, passarmos a considerar as *causas eficientes*

---

<sup>1</sup> BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: VOZES, 2000. p. 542: “A fim de obviar possíveis equívocos, notemos que, para Ockham, uma verdade racionalmente demonstrada pode constituir, ao mesmo tempo, uma verdade teológica. Teológicas são todas aquelas verdades indispensáveis ao homem peregrino (...) para alcançar a salvação. Daí, poderem ser teológicas certas verdades naturalmente atingíveis.”

<sup>2</sup> *Idem. Op. Cit.*: “Guilherme faz seus os argumentos de Duns Escoto, mas não sem submetê-los a um exame crítico. Reconhece a validade da demonstração de uma causa primeira.”

*conservantes*. Não se deve partir, desta feita, da *produção do mundo*, mas de sua *conservação*.<sup>3</sup>

Sem embargo, se verificarmos os filósofos, particularmente Aristóteles e Averróis, poderemos constatar quão difícil, senão impossível, é se interromper a ordem das causas eficientes produtivas. Atesta-nos isto o fato de que, tanto um quanto outro, supondo a eternidade do movimento, aderiram também à eternidade do mundo.<sup>4</sup>

Por isso, urge que tomemos a via das causas conservantes. Com efeito, Ockham aprimora o conceito de produção, acrescentando-lhe a característica da conservação. Destarte, um ente só é realmente produzido por outro ente, quando este não somente lhe dá o ser, mas também o conserva no ser.<sup>5</sup> Ora, é evidente que o mundo é produzido; as razões para isto foram aduzidas pelo próprio Escoto. Mas se o mundo foi produzido, como Escoto bem atestou, ele não somente foi posto no ser por um outro ente, senão que este outro ente, segundo Ockham, o conserva na existência permanentemente.<sup>6</sup>

Agora bem, este ente que produziu o mundo pode, ele mesmo, ter ou não ter sido produzido. Se ele não foi produzido, chegamos onde queríamos: trata-se da primeira causa conservante e, dado que toda causa conservante é também eficiente, chegamos à primeira causa eficiente.<sup>7</sup> Entretanto, se este ente que produziu o mundo foi ele produzido, diremos então que ele é por este conservado. Destarte, com relação a este novo ente ficaríamos à mercê da mesma arguição anterior.<sup>8</sup>

Acontece, pois, que nesta ordem de *conservados e conservantes*, poderíamos: ou *retroceder indefinidamente* ou chegar a *um ente conservante primeiro*, que só conserva, mas não é conservado. Este último seria a *causa eficiente primeira*.<sup>9</sup> Ora, não é possível *retroceder infinitamente* na ordem de conservantes e conservados, pois neste caso teríamos que admitir,

<sup>3</sup> *Idem. Op. Cit.*: “Contudo, Ockham está persuadido de que o argumento lucra em evidência, tomando-se a causa eficiente, não como causa produtiva (...), mas como causa conservadora (...); em outros termos, a prova é mais eficaz, quando conduzida, não a partir da produção do mundo, mas de sua conservação.”

<sup>4</sup> GHISALBERTI. In: REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991. p. 625.

<sup>5</sup> OCKHAM, Guilherme. In: REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991. p. 625. “Alguma coisa é realmente produzida por um ente se, durante todo o tempo em que se mantém no ser real, é conservada por um ente.”

<sup>6</sup> *Idem. Ibidem.* “Ora, é certo que o mundo é produzido; logo, ele é conservado por um ente durante todo tempo em que se mantém no ser.”

<sup>7</sup> *Idem. Ibidem.* pp. 625 e 626: “Sobre este ente que o conserva, eu me pergunto: ou é produto de outro ente ou então não é. Se não é produto de outro, ele é a primeira causa eficiente, assim como é a primeira causa conservante, considerando que toda causa conservante é também causa eficiente.”

<sup>8</sup> *Idem. Ibidem.* p. 626. “Se, no entanto, o ente que conserva o mundo no ser é produto de outro ente, então será conservado por o outro. E a propósito desse outro proponho a mesma interrogação de antes.”

<sup>9</sup> *Idem. Ibidem.*: “E, assim, ou iremos até o infinito ou então será necessário nos determos em algum ente que só conserva e não é conservado, o qual será a causa eficiente primeira.”

visto que não se trata apenas de produção, mas também de conservação contínua, um *número infinito* de entes que coexistissem em *ato*, o que é impossível.<sup>10</sup> Logo, existe um ente primeiro que produziu e conserva todas as coisas: Deus.

Passemos às considerações finais sobre o texto.

### *Conclusão*

A persuasão deste argumento reside no fato de que os entes produzidos não podem conservar a si mesmos, sob pena de eliminarem a sua própria contingência e se tornarem necessários. Ora, o necessário não pode ser produzido, pois consiste naquele ente cuja razão da existência está nele próprio, o que dispensa, logicamente, qualquer produção. Em uma palavra, o próprio fato de ser produzido, implica a necessidade da sua conservação.<sup>11</sup> Na visão de Guilherme, o que conserva é o que também produz, pois nada pode conservar senão aquilo que produziu. Sendo assim, a causa conservante também é, *ipso facto*, a causa eficiente, pois a conservação não é senão, de certa forma, uma extensão da produção.<sup>12</sup> Portanto, o que é simplesmente produzido existe independentemente daquele que o produziu, podendo assim subsistir quando o seu produtor já não existir. Ao contrário, o que é produzido e conservado, depende necessariamente daquilo que o produziu e o conserva, a saber, a sua causa. Donde o acréscimo da causa conservante se coadunar melhor com o caráter permanentemente contingente das coisas. A causa conservante faz-nos, desta sorte, retroceder inexoravelmente à causa de todas as coisas que é Deus, o qual, simultaneamente, produz todas as coisas, conservando-as, de modo inexpugnável, no ser.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup> *Idem. Ibidem*: “Mas é impossível proceder ao infinito nas causas conservantes, porque neste caso existiria o infinito em ato, o que é absurdo.”

<sup>11</sup> REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991. p. 626: “A força deste argumento está no fato de que os entes produzidos não podem se conservar a si mesmos, caso contrário, de contingentes que são, se transformariam em necessários. Os entes produzidos, porque tais, têm necessidade de causas conservantes.”

<sup>12</sup> *Idem. Ibidem*: “E, como não é possível conservar o que não se produziu, então a causa conservante também é causa eficiente.”

<sup>13</sup> BOEHNER, GILSON. *Op. Cit.* p. 543: “(...) todo conservado exige necessariamente um conservante simultâneo, ao passo que algo produzido não exige necessariamente um produtor simultâneo, pois o que é produzido pode existir, mesmo que o produtor já não exista (...)”

## **BIBLIOGRAFIA**

BOEHNER, Philotheus, GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã: Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. 7ª ed. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: VOZES, 2000. pp. 540 a 545.

GHISALBERTI. In: REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991.

OCKHAM, Guilherme. In: REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. 5ª ed. São Paulo: Paulus, 1991. pp. 613 a 632.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.